

SER MULHER NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO IMAGINÁRIO SOCIAL

Being a woman in contemporary times: contributions of the theory of social imaginary

Lia Ciomar Macedo de Faria*

Ediana Abreu Avelar**

Resumo

O presente artigo se propõe analisar o papel das mulheres ao longo do processo histórico, bem como os elementos que contribuíram para a formação desse imaginário, construído pela participação quase que exclusivamente do gênero masculino. Num primeiro momento, analisa-se de que forma a Teoria do Imaginário Social tem contribuído no entendimento dos fatos históricos e, principalmente, de verdades disseminadas pelo senso comum. Posteriormente, verificam-se os discursos opressores masculinos introjetados nos ambientes de atuação da mulher: na casa, como esposa e mãe, e na escola, como professora. Contudo, a partir da década de 1960, observam-se mudanças no horizonte de atuação dessas mulheres dominadas pelos homens, começando a se tornar sujeito de sua própria história, tanto no trato profissional quanto na militância política. Passam, portanto, a ingressar na esfera pública. Conclui-se, fazendo uma análise dos motivos que levaram a profissão de professora a não sofrer discriminação, sendo até mesmo enaltecida como papel recomendado para mulheres.

Palavras-chave: Gênero, Processo Histórico, Teoria do Imaginário Social, Professoras.

Abstract

This article tries to analyze the role women play in the historical process as well as the way in which the elements which contributed to the construction of this imaginary, built by the nearly total participation of males in this process. First and foremost, it is important to analyze how the Theory of Social Imaginary has contributed to the understanding of the historical facts, and mainly, of truths spread by common sense. Then, what is examined is the male discourse of the oppressor ingrained in the usual female locus: in the home as wife and mother and at school as a teacher. However, from the 1960s, some changes take place in the role played by these women formerly subjugated to the male, when they start to become the subject of their own history, in professional life as well as in political participation. Consequently, they enter the public sphere. Finally, the paper analyzes the reasons which exempted the teaching activity from being discriminated, to the point of its being recommended as the ideal profession for women.

Key words: Gender, Historical Process, Theory of Social Imaginary, Teachers.

I Introdução

As mulheres não identificam o masculino e o feminino como criações culturais. E é a partir daí que a política, o sistema jurídico, a religião, a vida intelectual e a artística se impõem como construções de uma cultura predominantemente masculina, na medida em que o masculino e o feminino são acepções imaginárias inculcadas pela historicidade de uma cosmovisão social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos.

Mas, se é verdade que o discurso e as práticas válidas têm sido as originadas no olhar masculino, não se pode perder de vista as concepções do humano em sua essência, devido ao risco de se incorrer em um machismo feminino. Assim, acreditamos que um mundo mais justo só será construído e validado por meio da participação ativa das mulheres.

A partir dos anos 60, tais preocupações suplantam, em alguns momentos, a mera discussão política entre capitalistas e socialistas, uma vez que a opressão à mulher e a sua tentativa de libertação se processavam em ambos os regimes. Assim, é necessário investigar como as diversas subjetividades influenciaram a cristalização de um imaginário feminino que foi historicamente construído pela participação de apenas um gênero.

2 O Desvelamento Por Meio do Imaginário

A Teoria do Imaginário Social tem contribuído para um melhor entendimento das manifestações do comportamento humano. Desse modo, todo um conjunto de valores de um determinado grupo pode ser analisado a partir de diversos pontos de partida. Contudo, como afirma Castoriadis (2000):

todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja o seu objeto, é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico (p.13).

Isso explica certas atitudes e hábitos há muito enraizados, apesar das transformações temporais da sociedade.

Por séculos, as questões referentes às imagens foram relegadas aos porões do positivismo e do materialismo histórico. Entretanto, as influências imagéticas e seus reflexos sempre estiveram presentes no agir humano, o que levou - como ainda leva - à criação de uma série de idéias e atitudes impregnadas por ecos inconscientes nascidos na visão de mundo de cada um.

Em todas as relações cotidianas do indivíduo com sua sociedade, o imaginário atua como uma constante eminência parda e, apesar de ele ser próprio da natureza humana, sua participação não é inteligível à consciência, ainda que esteja presente nas representações mitológicas e nos ritos criados pelo homem. O estudo do imaginário nos permite entender quais são as razões transversais e intrínsecas para muitos dos padrões comportamentais estabelecidos, bem como seus mitos, crenças e símbolos, colaborando para o desvelamento dos porquês de certos atos sociais que se perpetuam com raras rupturas, permanecendo inalterados e continuamente reproduzidos em sua estrutura e forma.

Instituída como instrumento de abordagem subjetiva para explicação do homem e sua sociedade, a Teoria do Imaginário se transforma em caminho viável para o questionamento de fatos históricos e de verdades manifestadas pelo senso comum. Uma verdade pode ser fruto da influência inconsciente do imaginário e perscrutá-lo é fonte para novas perspectivas no campo da pesquisa, muito embora a hegemonia

epistemológica na busca do conhecimento esteja embasada no método aristotélico. A abordagem grega, continuada ao longo dos últimos séculos pelo racionalismo antropocêntrico, privilegia o raciocínio binário de investigação, que exclui uma terceira condição, critica o entendimento por meio do olhar subjetivo, que, proscrito, foi banido pelos materialistas e cientificistas com seus tradicionais processos de pesquisa, encontrando somente espaço e apogeu no limiar do século XXI como instrumento teórico possível na busca de novos entendimentos, como nos sugere a fala de Durand (2004) ao se referir aos aspectos intrínsecos da imagem:

A imagem pode se desenrolar dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável. Incapaz de permanecer bloqueada no enunciado claro de um silogismo, ela propõe uma “realidade velada” enquanto a lógica aristotélica exige “clareza e diferença” (p.10).

Chamado por Durand de museu mental, é no imaginário que residem todos os modelos de nossas representações e é a partir de sua sondagem que se pode averiguar os fragmentos das memórias reinantes e ainda atuantes da práxis humana. Cada sociedade se apropria, estimulada pela herança cultural de seu imaginário, de crenças e tradições de sua realidade histórica, que, dependendo de qual seja o juízo de valor atribuído a cada uma delas, se manifestará prontamente ao menor estímulo.

O imaginário é parte do mundo real, do cotidiano, não é algo independente. Na verdade, ele diz respeito diretamente às formas de viver e de pensar de uma sociedade. As imagens que o constituem não são iconográficas, ou seja, não são fotos, filmes, imagens concretas, mas sim figuras de memória, imagens mentais que representam as coisas que temos em nosso cotidiano (Silva e Silva, 2005, p. 214).

Segundo Silva e Silva (2005), cada imagem é um traço da mentalidade coletiva de sua época e, por isso, um ato ou um discurso pode estar impregnado de figuras de memória desde o início de sua institucionalização. As criações e as reproduções humanas podem ser decodificadas como manifestações de algo muito mais profundo e latente, revelando uma idéia enraizada no passado de sua coletividade, instituída e categorizada ao longo do desenvolvimento histórico de uma sociedade, como nos aponta Castoriadis (2000):

As categorias em função das quais pensamos a história são por um lado essenciais produtos reais do desenvolvimento histórico. Estas categorias só se podem transformar, clara e eficazmente, em forma de conhecimento da história uma vez encarnadas ou realizadas nas formas de vida social efetiva (p. 24).

A significação das expressões do agir e pensar humano não pode apenas ser inquirida à luz do discurso, mas deve ser interpretada pela análise das circunstâncias sociais e históricas que envolvem o objeto em si. Entender essas inflexões é relevante para a compreensão das práticas humanas, que revelarão novas respostas e darão novos sentidos aos fatos. O imaginário, um conjunto de imagens inculcadas na mente humana, abarca em seu âmago todas as representações de uma memória coletiva, sendo o irradiador do ideário construído e, por conseguinte, o estimulante invisível a uma alienação sociocultural, cuja interpretação possibilita uma mediação dialógica entre o passado e o presente.

3 A Introeção do Discurso Opressor Masculino na Escola e na Casa

A alienação feminina tem contribuído para o fortalecimento do papel reprodutor da educação, pois, sendo o magistério majoritariamente feminino, sua própria submissão histórica é levada às salas de aula.

Os espaços ditos femininos, como a escola e a casa, muitas vezes revelam no seu cotidiano a introeção de um discurso opressor masculino por parte das mulheres, em suas diversas subjetividades femininas, como mães ou professoras.

A importância dessa questão reside no fato de que a escola só se transformará se os agentes do processo educacional, especialmente a professora, se assumirem como sujeitos históricos. Assim, as professoras teriam que compreender melhor as condições simbólicas e imaginárias que as produzem em cada sociedade. Lembrando que, algumas vezes, o imaginário feminino é produtor de concepções socialmente conservadoras. E mais ainda: há oprimidas que oprimem. Mentalidades essas que reproduzem um imaginário tirânico e alienado.

De qualquer forma, a presença petrificada da mulher na história social brasileira, como mucama, sinhá-moça, escrava ou professorinha, aponta possibilidades de mudança no horizonte de construção de uma nova mulher, que supera sua própria história ao re-criar sua trajetória e existência, seja no trato profissional ou na militância política.

Não é tarefa fácil rever imagens e revelar outras sem romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo. O importante, no entanto, é integrar de forma crítica cenas distantes ou perdidas no tempo. É buscar incessantemente nos arquivos os restos da memória guardada, mesmo que seja fragmentada, e reconstruir os elos e as conexões entre as diferentes dimensões do público e do privado (Samara, 2003, p. 83).

Quando, nos anos 60, a mulher saiu da esfera meramente privada da família e ingressou na esfera pública - por meio da escolarização, do trabalho ou da militância política, no caso estudantil - teve possibilidades de superar a alienação da sociedade capitalista, imposta pela tradicional e histórica condição feminina.

É nessa época que as mulheres começam a se profissionalizar. As pertencentes às classes médias ingressam na luta real em busca dos mesmos direitos oferecidos aos homens. Contudo, para aquelas pertencentes às classes populares, esse processo se torna mais difícil e longo, pois há um enfrentamento em dois campos opressores: no de gênero e no de classe, quando não também no de raça, sólida barreira de ascensão social para uma mulher negra.

Outro aspecto importante de análise é a conexão direta entre a mulher e a nação, que se evidencia na expressão mãe-pátria, amplamente utilizada pela política autoritária, colocando sobre o dorso feminino o ônus de ser a guardiã da estrutura e da ordem da casa e da família. Em vários modelos históricos brasileiros, pode ser observada a permanência da força dessas ideologias de cunho autoritário, como na organização laico-religiosa TFP - Tradição, Família e Propriedade - ou nas várias Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

O fato é que para o estado despótico e para a sociedade capitalista quase sempre tem interessado a manutenção da mulher dentro dos limites que lhe são impostos, uma vez que ela se torna um dos seus sustentáculos.

4 As Mulheres Como Sujeitos Defensores das Normas e dos Modelos Masculinos

Considerando a grande atenção dada durante o período do Estado Novo à questão da família e, por extensão, à mulher, e considerando também que pouco se fez nos governos seguintes para reverter a legislação que contribuía para a manutenção do *status quo* feminino, pode-se imaginar o quanto ainda é preciso problematizar e fazer para reverter a remanescente condição da mulher e da professora.

A mulher foi escolhida para representar o papel de professora por ter sido adestrada para exercer a função

de reprodutora biológica de um saber instituído que convinha à sociedade brasileira tal como estava estruturada. Assim, as professoras seriam, durante décadas, defensoras das normas e dos modelos masculinos que a sociedade capitalista apregoava para manter-se hegemônica.

A análise dos discursos históricos revela a existência de dois domínios sociais básicos: o da rua e o da casa. No domínio da casa, um de seus componentes, considerado ambíguo e situado entre o mundo exterior e o interior, são as janelas. Delas vê-se a rua, com seu constante movimento. Dessa forma, certas áreas permitiriam comunicar o de dentro com o de fora, e, por meio de outra leitura, o do feminino com o masculino.

O universo de conflitos e contradições femininos tem na janela uma referência real e um limite de seu imaginário. A mulher está sempre na janela, simples espectadora da vida, e não sujeito dela. Ou apenas vendo a vida passar, ou também como objeto sexual do homem, como produto nessa vitrine doméstica e comercial.

Palavras como sacrifício, dedicação e necessidade estão sempre associadas à função real da mulher na sociedade e nos remetem aos principais símbolos femininos consolidados por várias gerações: esposa e mãe. A profissão de professora não sofre qualquer tipo de discriminação e é até enaltecida como um dos papéis recomendados para as mulheres.

5 Conclusão

A relação mãe/professora-mãe/educação faz com que o modo de ser da mulher venha sempre associado à educação. Se considerarmos que, até o início dos anos 60, as mulheres, em sua maioria, ainda eram dominadas pelos homens, o único espaço profissional bem aceito por estes era o magistério.

As organizações sociais e os coletivos políticos característicos dos anos 60 sobrevivem de certa forma diluídos na pluralidade das tribos ainda neste limiar de século. E um dos canteiros e/ou grupos sociais que marcam com seu movimento as últimas décadas é o das mulheres, Amazonas pós-modernas que não querem mais se abater perante a hegemonia masculina nem querem também lutar contra os homens, mas, sim, enfrentar lado a lado as intempéries de um mundo cada vez individualista engendrado pelas políticas neoliberais.

A mulher-cabeça dos anos 60 troca o antigo papel de Amélia, que achava bonito não ter o que comer, pelo de Super-Mulher, que em muitos casos se torna a cabeça do casal e o principal arrimo familiar. O educar, função destinada à mulher, deixa de ser a profissão primeira para dar lugar a uma atuação profissional mais abrangente, cujas conseqüências redefiniram também a estrutura escolar. Não há como negar que a escola, tradicional instituição social, sofre profundas transformações em razão do novo posicionamento feminino na sociedade.

Assim, uma questão que se inquieta nessa análise é a procura do entendimento de qual é o atual papel social da educação e de seus agentes, considerando que a geração brasileira dos anos 60, que rejeitou os modelos pedagógicos de suas mães e avós, apesar das novas concepções de sua ação, ainda não se adaptou por completo ao dinamismo dos meios de comunicação e de uma escola que está cada vez mais inserida no cotidiano da cibercultura.

Nota

1 A partir da década de 1980, a terceira geração da Escola dos Annales absorve novos métodos de estudo, descentralizando o sujeito e abrindo espaços para novas correntes de abordagens. Chamada de História Nova, adotam-se métodos qualitativos de análise em detrimento do método quantitativo e tem como tendência geral a “ênfase nas subjetividades, a vida cotidiana, as experiências dos agentes, a liberdade do sujeito histórico em relação a determinismos. Alguns dos temas explorados são: identidades, cidadania, gênero, cidades, biografias, (...), festas, meios de comunicação, política cultural e educacional, imaginário, práticas de poder...” (Ribeiro Jr., 2002, p. 33).

Referências

- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- _____. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RIBEIRO JÚNIOR, José et al. *História no vestibular da UNESP (1990-2000)*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2002.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- SILVA, K.V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- TEVES, Nilda (Org.). *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- VERÍSSIMO, Luiz José. Um olhar filosófico sobre a compreensão da história: breves considerações. In: BITTENCOURT, Luís Carlos (Org.). *Desafios da comunicação*. Rio de Janeiro: OPVS, 2005.
- WERNECK, Vera Rudge. *Cultura e valor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Dados das autoras:

*Lia Ciomar Macedo de Faria

Doutora em Educação – UFRJ – e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/PROPEd/UERJ

Endereço para contato:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Departamento de Estudos Específicos em Educação
Rua São Francisco Xavier, 524, 12º andar,
sala 12002
Maracanã
20550-013 Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Endereço eletrônico: liafaria@terra.com.br

**Ediana Abreu Avelar

Mestre em Educação – UCP – e Coordenadora do MBA em Administração de Marketing e Comunicação Empresarial - Universidade Veiga de Almeida/Pós-UVA

Endereço para contato:

Universidade Veiga de Almeida

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Rua Ibituruna, 108 - Maracanã

20271-002 Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Endereço eletrônico: ediana@gmail.com

Data de recebimento: 12 dez 2006

Data de aprovação: 30 abr. 2007